

**VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
CNPJ: 42.582.049/0001-40www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297**Relatório da administração**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,**1. Contexto Geral**

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras (Demonstrações) da **Vanguarda Companhia de Seguros Gerais** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho nas operações

Excepcionalmente, a Companhia não registrou movimentos operacionais no ano de 2022. Apresentou um lucro líquido de R\$ 19 (R\$ 970 no ano anterior), oriundo da receita financeira, líquida das despesas administrativas e tributos. O patrimônio líquido atingiu R\$ 5.296, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.281 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade à seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas

significativas sobre a capacidade de continuar operando. A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de Dividendos e Destinação do Lucro Líquido Anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do ano	19	970
Constituição de reserva legal	(1)	(49)
Base para a distribuição de dividendos	18	922
Dividendos mínimo obrigatório	4	230
Dividendos intermediários pagos	–	856
Dividendos adicionais propostos	14	–
Constituição de reserva estatutária	–	65

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e de fluxos de caixa é possível ver, respectivamente, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e pagos nos anos de 2022 e de 2021.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta da Política de Sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

5. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

6. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração

Demonstrações de resultadosPara os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021	
Despesas administrativas	Nota 11.1.	(278)	(129)
Despesas com tributos	Nota 11.2.	(177)	(144)
Resultado financeiro	Nota 11.3.	482	198
Resultado patrimonial	Nota 7	–	1.031
RESULTADO OPERACIONAL		27	956
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		27	956
Imposto de renda	Nota 12	(4)	9
Contribuição social	Nota 12	(3)	5
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19	970
Quantidade de ações	Nota 9.1.	3.316.721	3.316.721
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		0,006	0,292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais

para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO			
CIRCULANTE	4.821	4.786	
Disponível	161	130	
Caixa e bancos	161	130	
Aplicações	Nota 5	4.497	4.546
Títulos de renda fixa - públicos	3.015	2.673	
Quotas de fundos de investimentos	1.482	1.873	
Títulos e créditos a receber	126	110	
Títulos e créditos a receber	6	12	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6.1	120	98
Despesas antecipadas	37	–	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.466	2.325	
Realizável a longo prazo	2.464	2.323	
Títulos e créditos a receber	2.464	2.323	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6.2	399	403
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 8.1	2.065	1.920
Investimentos	Nota 7	2	2
Participações societárias	2	2	
TOTAL DO ATIVO	7.287	7.111	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021	
PASSIVO			
CIRCULANTE	69	36	
Contas a pagar	69	36	
Obrigações a pagar	65	34	
Impostos e encargos sociais a recolher	4	2	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.922	1.794	
Outras contas a pagar	Nota 8.2	1.922	1.794
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 9	5.296	5.281
Capital social	4.699	4.699	
Reservas de capital	16	16	
Reservas de lucros	824	809	
Ajustes de avaliação patrimonial	(243)	(243)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.287	7.111	

Demonstrações dos resultados abrangentesPara os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19	970
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	–	(243)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	19	727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixaPara os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	19	970
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	–	(1.031)
Ativos financeiros	50	1.869
Créditos tributários e previdenciários	(18)	(18)
Depósitos judiciais e fiscais	(146)	141
Títulos e créditos a receber	6	87
Outros ativos	(37)	–
Impostos e contribuições	28	–
Outras contas a pagar	155	(230)
Caixa gerado pelas operações	57	1.788
Impostos pagos	(26)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	31	1.788
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	1.090
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	–	1.090
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	–	(2.874)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	–	(2.874)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	31	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	130	126
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161	130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeirasde 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto operacional**

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Agua Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras (Demonstrações), a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2021 e 2022, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade à seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias. A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 17 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

Caixa e equivalente de caixa. (nota 3.2).

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

Resumos das principais práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou áqueles definidos em leis específicas.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores

Demonstrações das mutações do patrimônio líquidoPara os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de ágio na subscrição de ações	Reservas de capital	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.699	1	15	695	1.704	–	–	7.114
Cessão de investimento	–	–	–	–	–	(243)	–	(243)
Dividendos declarados e pagos - AGE 26/08/2021	–	–	–	–	(1.704)	–	(856)	(2.560)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	970	970
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	–	–	–	49	–	–	(49)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	(65)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.699	1	15	744	65	(243)	–	5.281
Dividendos declarados e pagos	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	19	19
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	–	–	–	1	–	–	(1)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	14	(14)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.699	1	15	745	65	(243)	–	5.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

Tributos diferidos são classificados no Ativo ou Passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.3.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos exercícios apresentados nas Demonstrações.

3.3.2. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço. Estes são classificados como ativos não circulantes.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.

3.5. Investimentos

As participações acionárias em coligadas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado patrimonial".

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais"; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais"; no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região às quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: (i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) Provisões Judiciais (nota 8). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.9.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

3.9.2. CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referenciado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 CNPJ: 42.582.049/0001-40

 www.icatuseguros.com.br
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração. Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos
4.1.1. Principais riscos associados
4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch, S&P e Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível. O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$3.015, que representa 67% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 2.673, que representa 59% em 31 de dezembro 2021), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$1.482, que representa 33% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 1.873 que representa 41% em 31 de dezembro 2021).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar.

O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(i) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(ii) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

	31/12/2022			31/12/2021				
Fatores de Risco	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	0,08	0,95	0,03	(1)	-	0,88	0,07	1
IPCA	(0,004)	0,95	0,26	15	-	0,99	0,55	28

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade das companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrar os pagamentos de beneficiários e sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos da Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais de seus fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2022		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	161	-	161
Aplicações Financeiras	1.482	3.015	4.497
Títulos e créditos a receber	126	-	126
Total de ativos	1.769	3.015	4.784
Contas a pagar	65	-	65
Total de passivos	65	-	65

Ativos e passivos	31/12/2021		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	130	-	130
Aplicações Financeiras	1.873	2.673	4.546
Títulos e Créditos a Receber	110	-	110
Total de ativos	2.113	2.673	4.786
Contas a pagar	36	-	36
Total de passivos	36	-	36

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.5. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	Taxas contratadas	Sem vencimento	31/12/2022		Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
			De 13 a 60 meses			
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		1.482	-	1.482	33%	
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	3.015	3.015	67%	
Total		1.482	3.015	4.497	100%	

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	Taxas contratadas	Sem vencimento	31/12/2021		Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
			De 13 a 60 meses			
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		1.873	-	1.873	41%	
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.673	2.673	59%	
Total		1.873	2.673	4.546	100%	

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	6.415
(+) Aplicações	1.390
(-) Resgates	(3.520)
(+) Rendimentos	261
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.546
(-) Resgates	(595)
(+) Rendimentos	546
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.497

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
- Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	Taxas contratadas	Sem vencimento	31/12/2022		Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
			De 13 a 60 meses			
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		1.482	-	1.482	33%	
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	3.015	3.015	67%	
Total		1.482	3.015	4.497	100%	

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	Taxas contratadas	Sem vencimento	31/12/2021		Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
			De 13 a 60 meses			
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		1.873	-	1.873	41%	
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	2.673	2.673	59%	
Total		1.873	2.673	4.546	100%	

6. Créditos tributários e previdenciários
6.1. Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recuperar eram de R\$ 120 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2021), compostos de Imposto de Renda de R\$ 70 (R\$59 em 31 de dezembro de 2021) e demais impostos em R\$ 50 (R\$39 em 31 de dezembro de 2021).

6.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 Tributos Sobre o Lucro". Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma

7. Investimentos

Investimentos em coligadas é composto da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de quotas	% de Participação	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais	Provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Total das receitas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado patrimonial	
										31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	10.000	0,1%	7	-	-	10	8	-	(1)	-	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (a)	301.200	0%	302.307	287.883	-	301	(131.602)	199.650	146.027	-	-	-	1.031
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	46.245.081	0,002%	15.653	15.466	556	46.245	10.400	11.197	(10.769)	2	2	-	-
Total de Investimentos	46.556.281		317.967	303.349	556	46.556	(121.194)	210.847	135.257	2	2	-	1.031

Movimentação investimentos	01/01/2021	Ajuste TVM	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2021	Adições/Baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	301	(242)	(1.090)	-	1.031	-	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	3	(1)	-	-	2	-	-	-	2
Total	304	(243)	(1.090)		1.031	2			2

(a) Em setembro de 2021 a Companhia fez uma cessão de quotas e deixou de ser acionista da Icatu Consultoria de Investimentos S.A.

8. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais
8.1. Depósito judiciais e fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.920	2.061
Adições	7	12
Baixas	-	(206)
Atualização monetária	138	53
Saldo Final	2.065	1.920

8.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Contribuição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	1.402	5	97	1.504
PIS	392	1	25	418
Total - obrigações fiscais	1.794	6	122	1.922

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	264	245	1.606	1.504	1.870	1.749
Faturamento (b)	196	173	-	-	196	173
Saldo total 31/12/2022	460	418	1.606	1.504	2.066	1.922

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	260	228	1.475	1.403	1.735	1.631
Faturamento (b)	185	164	-	-	185	164
Saldo total 31/12/2021	445	392	1.475	1.403	1.920	1.795

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;
 (b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de Jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidência sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

9. Patrimônio líquido
9.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

9.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros são de R\$ 824 (R\$809 em 31 de dezembro de 2021) e são compostas por:

(i) Reserva legal de R\$745 (R\$ 744 em 31 de dezembro de 2021) é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".

Circulante	01/01/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021		31/12/2022	
				Consti- tuição	Realização/ reversão	Consti- tuição	Realização/ reversão
Imposto de renda diferido	243	22	(13)	252	2	(5)	249
Diferenças temporárias	243	22	(13)	252	2	(5)	249
Contribuição social diferida	146	26	(21)	151	1	(2)	150
Diferenças temporárias	146	26	(21)	151	1	(2)	150
Total	389	48	(34)	403	3	(7)	399

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e atualizações de débitos judiciais. Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2023. Essa MP, aumentou em 1% a alíquota da CSLL de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A seguir, a composição das adições/exclusões das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda/Contribuição social		
Atualização depósito judicial	(925)	(787)

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a)	-	-	(5)	-	-	-	-	(2)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	4	2	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	5	7	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	6	1	-	-
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (a)	6	-	-	-	144	76	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (b)	-	-	-	-	2	3	(6)	(6)
Total	6	-	(5)	-	161	89	(6)	(8)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Valores referentes a taxa de gestão Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.;

(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia;

11. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

11.1. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	1	53
Serviços de terceiros	(137)	(72)
Localização e funcionamento	(63)	(55)
Publicações	(54)	(90)
Despesas administrativas	(25)	35
Total	(278)	(129)

11.2. Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(17)	(11)
PIS	(4)	(2)
Taxa de fiscalização	(148)	(127)
Outras despesas com tributos	(8)	(4)
Total	(177)	(144)

11.3. Resultado financeiro

Categoria - valor justo por meio do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	546	265
Outras receitas financeiras	138	52
Total - receitas financeiras	684	317
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	(4)
Outras despesas financeiras	(202)	(115)
Total - despesas financeiras	(202)	(119)
Total	482	198

12. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	27	27	956	956
Adições	2.709	2.709	2.570	2.570
Adição permanente	-	-	4	4
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.922	1.922	1.794	1.794
Tributos e contribuições em quest. judicial	787	787	772	772
Exclusões	(2.720)	(2.720)	(3.560)	(3.560)
Tributos e contribuições em quest. judicial	(925)	(925)	(787)	(787)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.031)	(1.031)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(1.795)	(1.795)	(1.742)	(1.742)
Resultado ajustado	16	16	(34)	(34)
Compensações de base negativa	(5)	(5)	-	-
Lucro após as compensações	11	11	(34)	(34)
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%+1%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	2	1	-	-
Reversão da provisão de créditos tributários	2	2	9	6
Atualização processo judicial CSLL	-	-	-	(1)
Despesas com IRPJ/CSLL	4	3	9	5
Alíquota efetiva - Resultado antes dos tributos	18,5%	11,1%	0,9%	0,4%

13. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A.

Diretoria	
Luciano Snel Corrêa Diretor-Presidente	Alexandre Petrone Vilardi Diretor
César Luiz Salazar Saut Diretor	Marcio de Moraes Palmeira Diretor
Contador	
Ivandro de Almeida Oliveira CRC RJ 076.168/O-7	Lígia de Abreu Sodré Pires MIBA nº 1394
Atuária	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões judiciais e Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.7 e 8.2 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - Entendimento dos controles chave relacionados ao processo de avaliação de risco de perda das ações judiciais. - Obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco. - Discussão dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da Companhia. - Revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões judiciais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



TURISMO

Paraty é eleita como uma das cidades mais românticas da América Latina

Segundo o site especializado em turismo de luxo A Luxury Travel Blog, o charme da cidade, com suas ruas de pedra e casas coloniais, junto com suas belezas naturais, fazem de Paraty um escape perfeito para curtir momentos a dois.

Paraty foi eleita como uma das cidades mais românticas da América Latina pelo site especializado em turismo de luxo A Luxury Travel Blog. Segundo a publicação, o charme da cidade, com suas ruas de pedra e casas coloniais, junto com suas belezas naturais, fazem de Paraty um escape perfeito para curtir momentos a dois. A localização, entre Rio e São Paulo, também foi

um dos destaques.

"É um destino onde as pessoas passam o tempo relaxando na praia, andando de bicicleta, stand-up e caiaque, ou passeando pelo centro colonial primorosamente preservado, reconhecido como um patrimônio histórico nacional desde 1966", diz a publicação, que também contou um pouco da história de Paraty, habitada pelos indígenas guaianás e que depois se tornou um porto para os portugueses.

Mas quem conhece a cidade já sabia disso tudo. Entre as já inspiradoras ruas de Paraty estão restaurantes de alta gastronomia e ambiente intimista, galerias de arte e opções culturais que agradam todos os casais. O City Tour pelo Centro Histórico ao entardecer é uma escolha de muitos casais. Inclusive, para os mais aventureiros, há empresas de turismo que oferecem fazer todo o roteiro histórico pedalando.

As belezas naturais também são inspiração, desde as pequenas ilhas, praias, trilhas pelas montanhas e até um pulo na vizinha, Trindade, uma vila de pescadores em uma praia deslumbrante e que parece ter ficado décadas atrás, preservando o charme de outros tempos. Ali pertinho também fica o Saco do Mamangá, que conta com um fiorde com saída para mar, de 8 quilômetros de extensão e 12 de largura, reunindo 33 praias

e 8 comunidades caiçaras. Um deslumbrante da natureza com águas cristalinas. E para aproveitar tudo isso, a opção ideal é a pousada Porto Imperial, localizada no Centro Histórico da cidade em um casarão do século XIX. Além do ambiente acolhedor e intimista, na área externa, a piscina com ambiente decorado e iluminação especial se liga ao bar, cenário ideal para um drink no fim de tarde. A experiência fica ainda mais com-

pleta com a hidromassagem e a sauna. Para os casais, ainda há mais um charme especial: o jardim temático, onde é possível passear por bromélias e mais de 70 espécies identificadas se espalham por lá. Além disso, a pousada fica em uma localização estratégica para os atrativos da cidade, como as saídas dos passeios de barco para as praias paradisíacas da região e ao lado dos principais restaurantes.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/513D-055B-33CD-8E78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 513D-055B-33CD-8E78



Hash do Documento

6EA6E29D6C538783300F321054212BE4A7CA0CE1E5B7FFAFD2A9F42D4DB42849

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
25/02/2023 21:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

